



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

ACABARAM AS FÉRIAS

VOLTA ÀS AULAS NO ESTADO

(DC, GERAL, P. 28)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site
www.sed.sc.gov.br

e clicando em **IMPrensa**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 8/2/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 8/2/10
Assunto: Acabaram as férias		Página: 22 e 23

ACABARAM AS FÉRIAS

Volta às aulas no Estado

Para a alegria de uns e a tristeza de outros, o fim das férias chegou. Com ele, o retorno às atividades na rede estadual de ensino. Além da farra de encontrar os amigos, houve quem encontrasse problemas.

O início do ano letivo na rede estadual de Santa Catarina, ontem, foi um dia muito importante para Felipe Rodrigues Fonseca, cinco anos. Puxando sua mochila nova de rodinhas e de mãos dadas com o pai, o menino, que mora na Agrônômica, em Florianópolis, foi à escola pela primeira vez na vida.

– Ele saiu da creche e agora está na pré-escola. Espero que ele estude – disse o pai de Felipe, o pedreiro Claudemir Manoel da Fonseca, 37 anos, em frente à nova escola do filho, o Instituto Estadual de Educação (IEE), no Centro da Capital.

Maior escola pública da América Latina, o IEE é uma das 1.350 escolas que voltaram às aulas ontem. Tem 5.074 dos cerca de 700 mil alunos do Estado, e aproximadamente 250 professores efetivos e admitidos em caráter temporário, os ACTs, segundo a Secretaria da Educação (SEE). No Estado, são 17 mil professores efetivos.

Pelo menos sete escolas fechadas por conta da chuva

Os ACTs contratados começam a trabalhar nesta e na próxima semana. Das escolas estaduais do Estado, pelo menos sete estão fechadas por conta das enchentes de janeiro. Duas unidades são em Jaraguá do Sul, no Norte; uma em São Francisco do Sul, no Litoral Norte; duas escolas em Mirim Doce, no Alto Vale do Itajaí; uma em São José, na Grande Florianópolis; e uma em Florianópolis, no Norte da Ilha.

– Não há previsão de volta às aulas nessas unidades, mas garanto o cumprimento do ano letivo para todos os alunos – disse o secretário de Educação, Marco Tebaldi, sobre o ano letivo com 200 dias de aula e carga de 800 horas para estudantes do ensino médio e fundamental.

Em visita ao IEE, ontem pela manhã, Tebaldi destacou que os estudantes que não fizeram a inscrição ainda, podem se matricular na escola ou na unidade mais próxima de onde moram.

Um levantamento com todas as unidades estaduais fechadas ou parcialmente fechadas será preparado pela secretaria. Segundo a assessoria, o Estado é grande e o sistema está sendo alimentado, por isso a dificuldade de reunir os dados, que serão divulgados na próxima sexta-feira.



Em Santa Catarina, ontem, cerca de 100 unidades estavam em obras, mas de acordo com a assessoria da SEE, estas escolas não estão necessariamente sem aulas.

GABRIELA ROVAI



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 8/2/10
Assunto: Acabaram as férias		Página: 22 e 23

ACABARAM AS FÉRIAS **Sem atividade nesta semana**

Os 192 alunos da Escola de Ensino Médio Jacó Anderle, nos Ingleses, em Florianópolis, ficarão sem aula nesta semana.

A escola do Norte da Ilha está fechada porque os desabrigados da comunidade vizinha, Papaquara – que tiveram suas casas interditadas pela Defesa Civil nas enchentes de janeiro deste ano que atingiram pontos da Capital – estão ocupando provisoriamente o ginásio da unidade.

No final da manhã de ontem, a escola estava fechada e deserta. Nem o vigilante havia chegado.

Apenas um cartaz com os dizeres "Início das aulas: 14/02. Por motivo de força maior à escola", pendurado no vidro da guarita, dava uma pista aos pais e alunos do que estava acontecendo.

– Ninguém ligou para avisar, não tem ninguém da escola aqui para orientar a gente. Aí fica difícil começar o ano assim. A prefeitura e o Estado tiveram tempo de transferir o pessoal (do Papaquara) daqui. Por quê não tomaram providência? – disse o recepcionista Júlio César Figueroa, 41 anos, tio de um aluno.

Segundo a assessoria da SEE, não há previsão para o início das aulas na unidade. A reabertura vai depender de uma reunião, sem data confirmada, entre a Defesa Civil e a Secretaria de Desenvolvimento Regional que tratarão da transferência das famílias do Papaquara.

Só bolacha e água na merenda

Bolacha de maizena e água foi a merenda que os alunos que estudam de manhã na Escola de Ensino Médio João Gonçalves Pinheiro, no Rio Tavares, no Sul da Ilha, em Florianópolis, tiveram no primeiro dia de aula. Os alunos não deram bola para a caixa de plástico com os biscoitos, mas abraçaram com alegria a merendeira Valdenilda Gomes.

– Às vezes, a merenda é a única refeição que eles têm. A Secretaria ainda não mandou a merenda – contou Valdenilda, que hoje vai cozinhar feijão e arroz para os 192 alunos da instituição.

A escola do Rio Tavares é uma das 250 unidades no Estado cuja merenda ainda não foi terceirizada, e que continua sob gestão da Secretaria Regional da Grande Florianópolis. Na região, são entre 13 e 15 escolas de ensino



médio com merenda ainda não terceirizada, segundo a supervisora de apoio ao estudante da Secretaria Regional, Carla de Oliveira.

– Estamos entregando os alimentos não perecíveis. Estão organizando. No primeiro dia, geralmente, nem todos os alunos vão à aula. Muitos não vão – observou Carla.

No início, uniforme não é obrigatório

Santa Catarina é o único Estado brasileiro que distribui gratuitamente uniformes e material escolar para os alunos. Neste início de ano, a criança não precisa utilizar uniforme, pode usar roupa comum ou uniforme antigo. É que a distribuição ainda não foi feita.

– A licitação antiga para os uniformes foi cancelada pelo Tribunal de Contas para reavaliação. A nova licitação ainda não começou. Não há previsão para a compra dos novos uniformes – disse Tebaldi, que conta com R\$ 200 milhões a mais do que a gestão anterior para administrar a pasta, com orçamento total de R\$ 2,1 bilhões.

Segundo a diretora de apoio ao estudante da SEE, Rogéria Diegoli, a licitação do material escolar já foi lançada e, em dois meses, os alunos vão receber mochila, caderno, lápis, borracha, régua, apontador, lápis de cera e de cor reciclados.

Dia de euforia e decepção

Na Grande Florianópolis, apesar da euforia das crianças, o retorno foi marcado por uma série de problemas. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, das 126 escolas estaduais em 13 municípios, pelo menos 30 apresentaram problemas. A falta de professores acontece na maioria das escolas.

Na Escola de Educação Básica Maria Clementiza de Souza Lopes, em Palhoça, uma folha pendurada no portão de entrada alertava aos pais para a ausência de educadores em três turmas. O início previsto das aulas, nestes casos, é só no dia 22, até a contratação de outros profissionais. Na escola, que atende cerca de 600 alunos, os professores presentes se desdobravam para atender aos alunos que vieram à aula para evitar a dispensa.

A esperança é a contratação de professores ACTs (em caráter temporário). A primeira chamada foi no dia 24 de janeiro. Segundo a diretora de Desenvolvimento Humano da Secretaria Estadual de Educação, Elizete Mello, foram contratados cerca de 6 mil profissionais, cerca de 60% do quadro total necessário no Estado.

LUIZ EDUARDO SCHMITT



Dia de fazer novos amigos

Os mais tímidos agarravam-se aos pais e houve quem chorou na despedida. Já os mais comunicativos, trataram de se enturmar e fazer amizades. A volta às aulas na rede pública de ensino ontem, em Joinville, foi marcada por muita descontração entre os cerca de 103 mil alunos de escolas municipais e estaduais. Júlia Alves Teodoro, de seis anos, estava ansiosa para o início das aulas.

– Ela contou nos dedos os dias, só falou nisso nas férias – contou a mãe, Jesiane Alves Teodoro.

Mas nem todos os alunos viveram as emoções do primeiro dia de aula. Para estudantes de quatro escolas municipais, o ano letivo começará mais tarde.

Segundo a Secretaria de Educação, na Escola Municipal 9 de Março, que foi atingida por fortes chuvas do domingo, o atendimento a 154 alunos deve ser normalizado ainda esta semana. Já nas escolas José do Patrocínio, na Estrada Timbé, no Bairro Jardim Paraíso; Maria Magdalena Mazzoli, na Estrada da Ilha; e Ruben Roberto Schmidlin, no Morro do Meio, as aulas terão início só na próxima segunda-feira por causa de reformas.

JOINVILLE

Dia sem professores

No Oeste, o primeiro dia de aula foi de transtornos. Tanto que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), convocou uma coletiva de imprensa para denunciar os problemas.

– Houve alunos que tiveram apenas duas de cinco aulas – afirmou o coordenador regional do Sinte em Chapecó, Cléber Ceccon.

Ele afirmou que, em algumas escolas, os alunos foram liberados mais cedo e, somente na região de Chapecó, faltaram 150 professores segundo o Sinte. Na Escola Zélia Scharff, faltaram 15 professores e, para que os estudantes não ficassem sem aula, foram contratados 15 profissionais pagos pela Associação de Pais e Professores. A professora e presidente do Conselho Deliberativo da Escola, Elisabeth Timm, reclamou do gasto de um dinheiro que seria de responsabilidade do Estado.

– Isso poderia ser usado em material para a escola.

A gerente regional, Maria Leticia Badin, disse que faltavam apenas 45 professores e que alguns diretores e pedagogos que trabalham em áreas administrativas estão atendendo as turmas.

DARCI DEBONA | CHAPECÓ



Dia de voltar para casa

As aulas começaram, ontem, e já tem aluno fora da sala em Blumenau, Gaspar, Ilhota, Luís Alves e Pomerode. Pelo menos aqueles que dependem dos 194 professores em caráter temporário (ACTs) cujas vagas dos concursos 18 e 19 do ano passado ainda estão em aberto.

A segunda chamada será entre 14 e 18 de fevereiro. Assim que o professor escolher o local de trabalho, ele tem três dias para apresentar a documentação e já pode começar a trabalhar.

Enquanto isso, ministrar a disciplina depende da escola. Algumas conseguem dividir as turmas e encaixar os alunos em outras salas. Outras farão a reposição das horas de aula perdidas durante o ano letivo. Repor as aulas fica sob a responsabilidade de cada escola, conforme organização interna.

Na regional de Blumenau, 36 mil alunos retornaram à escola.

O primeiro dia de aula da rede pública municipal e estadual na cidade foi tranquila no quesito trânsito, contrariando a expectativa do Departamento de Trânsito, que via o dia como a “prova dos 9” para um novo corredor de ônibus.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 08/02/11
Assunto: Volta às aulas sem professores		Página: 04

Volta às aulas sem professores

Estado. Escolas começam o ano letivo fechadas ou com horário especial

“Hoje, eu não tive nenhuma aula porque faltou professor.” Foi assim o primeiro dia do ano letivo do estudante Adrian Impaléa, 15, do Colégio Estadual Simão José Hess, na Trindade. Muitos dos 71.349 alunos da rede estadual de educação da Grande Florianópolis tiveram o mesmo problema. Segundo estimativa do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina, pelo menos metade dos professores temporários que precisam ser contratados para completar o efetivo do Estado ainda não foram chamados.

Para Adrian, retornar ao colégio dessa maneira chega a tirar o ânimo de estudar: “Acho muita sacanagem. A gente acorda cedo, vem, se empenha e não tem aula. Mais valia ficar em casa.”

A diretora de Desenvolvimento Humano

da Secretaria Estadual de Educação, Elizete Mello, não nega a falta de professores. “Claro que isso existe. São casos de docentes que desistiram ou ficaram doentes. Mas, apesar de ainda não termos dados fechados, tenho certeza que a quantidade não é tão grande assim”, afirma. Segundo ela, dos dias 14 a 18 deste mês, haverá uma segunda chamada para cobrir as vagas em aberto.

Segunda chamada
chamada
Diretora de
Desenvolvimento Humano
da Secretaria de Educação,
Elizete Mello, diz que dos dias
14 a 18 haverá segunda
chamada para cobrir as
vagas em aberto

Situação repete todos os anos

A diretora de Desenvolvimento Humano da Secretaria Estadual de Educação, Elizete Mello, acrescenta que a situação se repete todos os anos por uma questão legal que a secretaria tem de respeitar. “Não tem como fazer duas chamadas antes do início das aulas. A primeira chamada foi dia 24 de dezembro e a segunda será no próximo dia 14”, salienta. A diretora diz que até a próxima segunda-feira, a situação será normalizada. Os alunos que ficarem sem aulas, terão os dias letivos repostos”, informa a assessoria da secretaria.

A diretora de uma escola estadual que não quis se identificar por medo de represália fez um desabafo sobre a situação. “Fui orientada pela secretaria a, mesmo sem professores, manter os estudantes nas escolas. Mas como eu vou segurar mil alunos, principalmente aqueles mais velhos, sem nada para fazer? Não tiro a razão deles de ir embora”, diz. “As aulas não deviam ter começado agora, com as escolas todas desorganizadas”, afirma.



Participação dos pais

Na Capital, a Escola Estadual Jacó Anderle, em Canasvieiras, continua fechada pois abriga famílias atingidas pela última enxurrada. Segundo a Secretaria Estadual de Educação, uma reunião com a Defesa Civil nesta semana deve resolver a situação.

Se a situação nas escolas públicas fosse perfeita, já seria necessária a participação dos pais na vida escolar dos filhos. Com a constante falta de professores, então, é indispensável. Devido ao excesso de trabalho e correria do dia a dia, muitos pais deixaram de acompanhar de perto o aprendizado das crianças e adolescentes, o que afeta o desempenho, na avaliação da diretora de Educação Básica e Profissionalizante da Secretaria Estadual de Educação, Gilda Penha. “Precisamos resgatar isso. O sucesso dos alunos depende de uma ação conjunta dos pais e das escolas”, diz.

No início do ano, esta participação é ainda mais importante. Para Tamara de Mello, filha de Solange dos Santos, 41, o mais difícil é fazer amizades. “Como minha mãe muda muito de cidade por causa do trabalho, sempre troco de escola. Toda vez dá um frio na barriga”, diz. A curitibana Victoria Saramago, 14, que começou o primeiro ano agora, está ansiosa devido ao novo conteúdo. “Vou estudar sociologia, filosofia, física, química e biologia pela primeira vez. Mas vou dar conta.”



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Região	Data: 08/02/11
Assunto: Volta às aulas sem professores		Página: 10

Volta às aulas sem professores

Frustração. Alunos recebem aviso na porta da sala de aula EEB Laurita Dutra de Souza

SÃO JOSÉ — Como em qualquer início de ano letivo, os alunos se prepararam para voltar às aulas e reencontrar colegas e professores. Mas na Escola Estadual Laurita Dutra de Souza, no bairro Picadas do Sul, em São José, nem tudo funcionou como deveria. Abaixo da lista de alunos fixada na porta das salas de aula um detalhe impedia que as aulas iniciassem. Escrito a caneta, a frase “Sem Professor” surpreendeu pais e alunos.

Além da falta de 10 educadores para as séries iniciais, não havia seguranças, nem uma direção constituída. Sequer foi feita a limpeza nos pátios para receber os mais de 700 estudantes de 1ª a 8ª série. O mato tomou conta da quadra de esportes e de todos os caminhos que ligam os blocos da escola estadual. Telhas quebradas obrigavam os alunos a utilizarem guarda-chuvas mesmo nos corredores cobertos.

A secretária regional Adeliana Dal Pont explicou que a direção da escola não comunicou com antecedência a necessidade dos reparos.

Maiara Locks, 14 anos, estudante da 8ª série, retornou desanimada para casa com a mãe Rosimeri Locks. Ela preparou todo o material escolar cuidadosamente organizado na noite anterior para começar as aulas do último ano de estudos na escola do bairro, mas se decepcionou. Acompanhada da mãe, a costureira Rosimeri Locks, 35, Maiara precisou voltar para casa no primeiro dia de aula. “Ela nunca tinha visto a escola nessa situação”, completa.

Problema é antigo

Olhando o estado da quadra de esportes, o professor de educação física Otto Daurer conta que há 15 anos leciona na escola Laurita de Souza. “Sempre pedi uma reforma para esse espaço. Em dias quentes os alunos não suportam o calor que vem da quadra e em dias de chuva temos que improvisar os jogos nos corredores cobertos ou dentro da sala”, diz.

A segurança é outro ponto que deixa a desejar na escola de Picadas do Sul. Sem nenhum tipo de vigia desde o ano passado, os professores convivem com situações de risco. “Tivemos que chamar a polícia porque vimos um aluno roubando dinheiro de outro”, recorda a professora de séries iniciais, Mileide Fachini.

Nas salas de aula, os ventiladores quebrados deixam o ambiente insuportável, tanto que muitos professores optam por levar os aparelhos de casa. O problema é que, muitas vezes, nem mesmo as tomadas funcionam. “A última reforma completa aconteceu há seis anos, mas desde então não existe manutenção”, lamenta Otto.

No pátio onde as crianças menores brincam nos intervalos, além do risco de picadas de bichos escondidos no mato, existem buracos com pedaços de ferro soltos. Num deles, deveria estar o poste do para-raio.



Retorno adiado por falta de transporte

ANTÔNIO CARLOS — Cerca de 1.160 alunos da Escola de Educação Básica Altamiro Guimarães, no Centro de Antônio Carlos, voltam às aulas hoje, um dia após o retorno nas demais unidades da rede estadual de ensino. A falta de ônibus escolares e um problema no sistema operacional foram as principais causas do atraso no início das aulas. De acordo com a assessora de direção, Rosiméry Guesser, “sem o sistema não tinha como fechar as turmas.

O secretário municipal de Educação, Fábio Egert, informou que os ônibus entram em operação

conforme ficarem prontos. “Os alunos que moram nas localidades de Egito, Guiomar e Braço do Norte já terão transporte nesta terça-feira. Amanhã deve ser liberado o do bairro Canudos”, antecipa. Até sexta-feira, todos os carros da frota devem ficar prontos, visto as aulas na Rede Municipal de Ensino começar na próxima segunda-feira, 14.

Os estudantes que ficarão sem o ônibus escolar até sexta-feira receberão da prefeitura vale-transportes, para que utilizem os veículos coletivos da empresa privada responsável pelas linhas.
(Carol Ramos)



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Região	Data: 08/02/11
Assunto: Problemas também em Palhoça		Página: 11

Problemas também em Palhoça

Turmas. No colégio Governador Ivo Silveira há 47 aulas em aberto

O início das aulas na rede estadual de ensino, na segunda-feira, 7, foi bastante movimentado em Palhoça, onde pais de alunos reclamaram da falta de vagas e de professores. A maior carência das escolas é para aulas nos horários diurnos, e entre as disciplinas matemática sofre com falta de profissionais.

O Colégio Estadual Governador Ivo Silveira, o maior da cidade, deve atender aproximadamente dois mil alunos em 2011. Lá, Elidia Campos, 40 anos, reclama que o filho Leonardo Campos, 15 anos, não teve algumas aulas já no primeiro dia de aula. “Quero conversar com o diretor para saber quais os professores estão faltando”, afirma a mãe.

Na escola faltam professores para português, geografia, história, física, química e matemática. O diretor Ari Antônio Stahelin informa que há professores em todas as disciplinas, mas que não é o suficiente para todas as turmas. “O caso mais grave são para as aulas de matemática, temos 47 aulas em aberto”, explica. Para a disciplina de português, por exemplo, falta professor para lecionar nove aulas semanais. O diretor ainda destacou que a falta de professores não chegou a prejudicar o primeiro dia de aula.

A falta de professores não é um problema exclusivo do colégio Ivo Silveira. Na Escola de Educação Básica Renato Silva Ramos também faltam professores. Aproximadamente 71 mil alunos estão matriculados na rede estadual de ensino, na Grande Florianópolis. Em todo o estado, são cerca de 700 mil alunos e 17 mil professores, nos 1.350 municípios.

Contratação de professores só dia 14

Alguns pais também buscam solução para a falta de vagas. É o caso de Antonieta Carleto, 45 anos, que buscou, em vão, uma vaga na oitava série do ensino regular para a filha Brenda Carleto, 16 anos. “Não tem vaga e não tem lista de espera. Ano passado ela estudava no São Sebastião, mas como ela conseguiu um trabalho no centro precisa estudar por aqui”, conta Antonieta. “Somos pobres e dependemos do ensino público, vou tentar uma escola municipal”, completou.

O diretor do colégio Colégio Estadual Governador Ivo Silveira, Ari Antônio Stahelin, diz que sobram vagas apenas para o período noturno. “Durante a noite temos vagas. Como também temos salas sobrando neste período, estamos fazendo uma lista de espera para abrir novas salas”, explica. Na escola Pedro Ivo, também sobram vagas para o magistério.

A contratação de novos professores para as escolas estaduais será no dia 14. Até lá, os horários das aulas que ainda não têm professores poderão ficar vagos.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN. Joinville	Data: 08/02/11
Assunto: Boas-vindas nas escolas		Página: 06

Boas-vindas nas escolas

Descontração marcou o primeiro dia do ano letivo nas redes municipal e estadual

O início das aulas na rede pública de ensino ontem, em Joinville, foi marcada por descontração entre os cerca de 104 mil alunos de escolas municipais e estaduais, em especial para as turmas de 1º ano, que deram seus primeiros passos na trajetória escolar.

Júlia Alves Teodoro, de seis anos, estava ansiosa. “Ela contou nos dedos os dias, só falou nisso durante as férias”, conta a mãe, Jesiane Alves Teodoro. “Ela já estudava num jardim particular e está meio tímida, mas logo vai fazer amigos na nova turma”, diz a mãe, que pôde participar dos primeiros minutos da filha em sala de aula. “A professora nos chamou para participar, foi ótimo”, relata.

Quem também estava ansioso por esse dia era Matheus Alexandre Schubert, de seis anos, que estuda na mesma sala de Júlia, na Escola Municipal Anita Garibaldi. “Ele queria tanto que as aulas começassem que quis vir antes, na quinta-feira, para conhecer a escola e fez alguns amiguinhos”, lembra a mãe, Rosane de Santana. Totalmente integrado ao ambiente, Matheus era só sorrisos e não cansava de levantar o dedo para responder às perguntas da professora.

Mas nem todos os alunos viveram as emoções do primeiro dia de aula ontem. Para alunos de quatro escolas municipais, o ano letivo começará mais tarde.

Segundo a Secretaria de Educação, na Escola Municipal 9 de Março, que foi atingida pelos fortes chuvas de domingo, o atendimento a 154 alunos deve ser normalizado ainda esta semana.

Nas escolas José do Patrocínio, no bairro Jardim Paraíso, e Maria Magdalena Mazzoli, na Estrada da Ilha, que ainda estão em obras, e a Ruben Roberto Schmidlin, transformada em abrigo para vítimas das cheias, os estudos recomeçam na próxima segunda-feira.

Para os 42,2 mil alunos da rede estadual, o primeiro dia de aula foi normal, segundo a gerente regional de ensino, Clarice Portella. “Algumas unidades estão passando por reforma, mas nada que tenha interferido no início das aulas”, afirma.

São Francisco adia início

O começo do ano letivo foi prejudicado em São Francisco do Sul. A rede municipal adiou para a próxima segunda-feira o começo do ano letivo. Como o concurso público ocorreu no dia 5 de dezembro, alguns professores ainda não conseguiram entregar a documentação exigida.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.rct-sc.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: excom@sed.rct-sc.br; ramais: 6161, 6163;

Mas a Prefeitura garante que não haverá prejuízo para os alunos, já que os dias serão recuperados no fim do ano. As escolas que eram usadas como abrigo já estão prontas para receber os alunos. Famílias atingidas pelas cheias já voltaram para casa.

A rede estadual não registrou de problemas. Nos lugares em que faltaram professores, a equipe conseguiu se organizar para atender a todos os alunos.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 8/2/10
Assunto: Educação		Página: 37

Educação

É de estarrecer saber que um dos estados mais ricos do Brasil paga um salário base de R\$ 609,00 aos professores, somando a isso alguns penduricalhos. E a Secretaria da Educação, através de sua diretora de desenvolvimento humano? Elisete Mello diz que o estado paga o piso nacional. Isso é uma vergonha.

Hélio Moritz
Florianópolis

Clipping

CNTE

Plano do MEC de ampliar ensino médio enfrenta resistência do maior parceiro

› Data: 08/02/2011
› Veículo: O ESTADO DE S. PAULO - SP
› Editoria: VIDA
› Jornalista(s): Lisandra Paraguassú
› Assunto principal: ENSINO MÉDIO
ENSINO SUPERIOR
FNDE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Lisandra Paraguassú - O Estado de S.Paulo

A principal proposta do Ministério da Educação (MEC) para ampliar o ensino médio integral e profissionalizante vai esbarrar na resistência de quem deveria ser o principal parceiro do projeto, o Sistema S (Sesc, Sesi, Senai, entre outros), coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Medida. Governo quer que jovens façam um curso técnico no contraturno ao ensino médio

O projeto prevê a oferta de vagas gratuitas de cursos técnicos no sistema para alunos de escolas públicas usando uma dívida de R\$ 3,3 bilhões que Sesi, Senai, Sesc e outras entidades têm com o governo federal. A CNI, no entanto, não reconhece essa dívida.

A proposta de oferecer ensino médio integral e profissionalizante é uma das promessas de campanha da presidente Dilma Rousseff. No entanto, a capacidade do governo federal de oferecer por conta própria vagas em cursos técnicos de nível médio é limitada, apesar da recente ampliação das escolas técnicas federais. Para isso, o MEC propôs - e a presidente aceitou - que o governo federal cobre a dívida do Sistema S, detectada em 2005.

A origem da dívida é o salário-educação, um tributo de 2% sobre a folha de pagamento das empresas cobrado para financiar ações de educação. Parte desse dinheiro vai para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia ligada ao MEC, e é usado para pagar, entre outras coisas, merenda escolar, transporte e livros didáticos. Outra parte vai para Estados e municípios e uma terceira, para o Sistema S financiar suas ações educativas.

Até 1999, parte do salário-educação era cobrado pelo FNDE, parte pelo INSS. A partir de 2000, o INSS concentrou toda a cobrança e passou a dividir os valores pelas quatro partes. Na época, o cálculo era de que o FNDE teria direito a 33% do arrecadado. Em 2005, o governo refez a conta e descobriu que o FNDE deveria receber 42,5% por ano. Todo o dinheiro dessa diferença, R\$ 3,3 bilhões, havia sido destinado ao Sistema S.

Na época, a diretoria do sistema afirmou que, se comprovada a dívida, sentaria com o governo federal para encontrar uma forma de devolver os recursos. Desde então, nada foi feito.

Agora, o MEC encontrou nessa dívida a solução para cumprir a promessa de Dilma. A ideia é que os jovens façam o ensino médio em uma escola pública e, no contraturno, um curso técnico em uma das escolas do Sistema S, que hoje oferece parte das vagas gratuitas - fruto de outro acordo com o MEC - e parte paga. Pela proposta, as entidades teriam de oferecer mais bolsas, até completar o valor que supostamente devem ao governo federal.

Questionada pelo Estado sobre esses recursos, a CNI, responsável direta pelo Sesi e pelo Senai, as principais entidades de treinamento do Sistema S, apenas disse que não reconhece essa dívida e não comentaria mais o assunto. No MEC a posição é de que, se houver resistência, será aberta uma negociação com o Sistema S.

A razão pela qual o MEC concentra esforços nesse projeto é porque as demais propostas têm pouco potencial para ampliar o número de vagas profissionalizantes. Uma delas, chamada de ProUni da educação técnica, prevê a redução de impostos de escolas técnicas particulares em troca de bolsas, da mesma forma que hoje é feito com as universidades privadas. O outro projeto é a ampliação do Financiamento Estudantil para o Ensino Técnico. No entanto, as vagas privadas nessa modalidade de ensino representam apenas 12% das vagas no ensino médio integrado com profissional, que o MEC pretende ampliar.

Clipping

CNTE

Professor indígena é convidado a integrar equipe da SEC

- › Data: 08/02/2011
- › Veículo: CORREIO DO POVO - RS
- › Editoria: ENSINO
- › Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

A comunidade indígena do RS obteve ontem mais uma conquista na construção de políticas públicas para os povos indígenas e para a efetivação de uma proposta político-pedagógica para as Escolas Indígenas. O secretário estadual da Educação, Jose Clovis de Azevedo, convidou o professor João Maria Fortes, ex-presidente da Associação dos Professores Bilingue Kaingáng e Guarani, para trabalhar na Secretaria de Educação, no Departamento de Gestão da Aprendizagem.

Figuram entre as principais demandas indígenas no RS a regularização das Escolas Indígenas; a criação, pela SEC, de um conselho estadual escolar indígena; a implantação de um plano de carreira para o magistério indígena; a realização de concurso público específico e diferenciado para professores e funcionários das escolas indígenas; construção e ampliação de escolas, além da garantia, pelo Estado, do direito indígena a uma Educação específica e diferenciada, orientada por uma equipe qualificada.

Clipping**CNTE****07/02/2011 - Presidente do Inep admite fragilidades do Enem e prepara mudanças na prova**

> Data: 07/02/2011
> Veículo: APRENDIZ
> Editoria:
> Assunto principal: ENSINO MÉDIO
 ENSINO SUPERIOR
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Com a saída de Joaquim Soares Neto do Inep (instituto do governo federal responsável pelo Enem), em janeiro, após a crise ocorrida no Sisu (Sistema de Seleção Unificada), a presidência do órgão foi entregue para Malvina Tuttman, reitora da Unirio (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Em entrevista exclusiva ao R7, ela reconhece os problemas da prova, principalmente em logística e aplicação.

Entre as medidas para melhorar o Enem estão um plano para dar preparo adequado aos fiscais dos locais de prova, diz a presidente do instituto. O exame foi um dos problemas recentes enfrentados pelo Inep e pelo MEC (Ministério da Educação). O Sisu também teve falhas, como lentidão e vazamento de dados dos alunos cadastrados no site. Veja abaixo os principais trechos da entrevista:

R7 - Qual é o "calcanhar de Aquiles" do Enem?

Malvina Tuttman - Eu não percebo um calcanhar de Aquiles. Percebo sim que, como todo processo, [o Enem] tem que ser acompanhado e percebidos os pontos que o fortalecem [...] e outros pontos que são frágeis. Esses pontos que apresentam maior fragilidade precisam ser permanentemente acompanhados e alterados. Soluções precisam ser dadas para essas fragilidades.

R7 - Então é preciso melhorar?

Malvina - Sempre na vida nós precisamos melhorar. Estamos em busca da perfeição. Não vamos conseguir, mas estamos em busca da utopia. [...] O principal ponto de apoio é uma prova bem elaborada. Isso nós temos. Vamos melhorar, mas é incontestável: mesmo entre aqueles que têm críticas à utilização do exame para acesso à universidade, eu ainda não vi críticas à prova, ao instrumento Enem.

R7 - O que é mais complicado? A elaboração da prova ou a logística de aplicação?

Malvina - O Enem [...] não pode ser diminuído na sua importância por um processo que é o de logística, processo que precisa ser aperfeiçoado. O processo de elaboração do exame precisa ser melhorado? Sempre. Mas a logística precisa de um olhar mais atento.

R7 - A senhora diz que o exame hoje apresenta fragilidades. Como resolvê-las?

Malvina - A questão da troca de cabeçalhos, por exemplo, foi rapidamente consertada. Bastou a indicação: não considerem o cabeçalho. E pronto. Pretendemos ter uma participação mais efetiva das universidades [no Enem], que têm mostrado uma experiência importante em aplicação de concursos, seja em vestibulares, seja em concursos públicos.

Estamos agendando encontro com a representação estudantil do nosso país, a Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e a UNE (União Nacional dos Estudantes). Estamos percebendo alguns pontos que chegam até nós e damos a solução, mas é preciso escutar como o estudante que é candidato está percebendo [os problemas do Enem]. Quais as dificuldades que ele percebe, para que nós possamos atender a essa demanda.

R7 - Os fiscais de prova foram alvo de críticas de vários alunos. Há como orientá-los melhor?

Malvina - Nós estamos já na fase de elaboração de um plano de ação como um todo. Esses são profissionais que estão na ponta e que têm relação direta com os candidatos. Isso nós precisamos ter bastante atenção e uma preparação redobrada, porque são eles, em última análise, a comunicação mais direta com o estudante na ponta.

R7 - O Enem foi alvo de uma batalha jurídica. Isso diminuiu a confiança dos estudantes na prova?

Malvina - Eu quero acreditar que não. [...] A resposta está no aumento do número de candidatos de um ano para outro. Se tivesse causado instabilidade, nós teríamos uma diminuição na procura e também nas universidades. São duas procuras que nos fortalecem: o aumento de candidatos e o aumento de universidades que usam parcialmente ou integralmente o Enem.

R7 - Vamos ter mais edições do Enem em 2011 ou novamente será só uma prova neste ano?

Malvina - Nós estamos fazendo um plano, um projeto do Enem a curto, médio e longo prazo. O ministro [Fernando Haddad] dará essa resposta daqui a pouco tempo, mas nós estamos fechando uma proposta, para não termos surpresa. Nós vamos fazer um desenho alargado no Enem. É o que eu posso te dizer neste momento.

R7 - O MEC estuda retirar o Enem das mãos do Inep, deixando a cargo de uma nova estatal?

Malvina - Não existe essa previsão por parte do MEC nesse momento. A responsabilidade de todos os exames de avaliação é do Inep. Inicialmente, o Enem é usado para outras finalidades, mas a razão com que ele foi criado é avaliar o ensino médio. [...] Portanto não há necessidade de se fazer outro exame para ingressantes, na medida em que ele já está sendo avaliado pelo Enem. O Enem é tarefa do Inep, porque ele serve para várias outras ações. Ele gera dados para outras ações. Ele é responsabilidade do Inep e continuará a ser elaborado pelo Inep.

R7 - O Enem já foi alvo de furto em 2009 e, em 2010, dados dos estudantes vazaram. Em 2011, alunos tiveram acesso a dados de outros por uma falha no Sisu e o próprio ministro, Fernando Haddad, já admitiu que o Inep deve investir mais em TI (Tecnologia da Informação). Como garantir a segurança do Enem e do Sisu?

Malvina - Acredito que o fortalecimento das equipes de TI é importante. Melhor do que eu para falar sobre isso é o secretário [de Ensino Superior], Luiz Claudio Costa - colega meu, pessoa muito competente - e o próprio ministro. Eu posso dizer que, neste momento, o Inep juntou sua capacidade técnica junto à capacidade de TI do Sisu. Vejo que cada vez precisamos nos qualificar. É preciso investir em TI.

(Portal R7)

Clipping

CNTE

07/02/2011 - Projeto fixa novo percentual de repasses para educação especial

› Data: 07/02/2011
› Veículo: AGÊNCIA CÂMARA
› Editoria:
› Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Em análise na Câmara, o Projeto de Lei 7953/2010, do Senado, tem o objetivo de assegurar que o repasse anual de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) a estabelecimentos de ensino que atendam alunos com deficiência seja no mínimo metade do valor anual mínimo per capita definido nacionalmente pelo FundebO Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é formado por recursos estaduais, municipais e federais e destina-se a promover a educação infantil, o ensino fundamental e médio, inclusive a educação de jovens e adultos. Os recursos do Fundeb, que tem vigência até 2020, são distribuídos de acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. Pelo menos 60% dos recursos do fundo são usados no pagamento dos salários dos professores..

O autor da proposta, ex-senador Sérgio Zambiasi, diz que o objetivo é contemplar diferenciadamente as escolas da educação básica, comuns ou especializadas, que oferecem educação especial.

Arrecadação e repasses

Segundo Zambiasi, o projeto corrige distorções existentes no cálculo do custo por aluno com deficiência. O texto sugere a inserção de dispositivo que articule a Lei 11.947/09, que trata da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), com a nova regulamentação do Fundeb.

Segundo a Lei 11.494/07, que regulamenta o Fundeb, o processo de definição do valor anual mínimo por aluno é resultado da divisão do montante total proveniente das arrecadações de estados e municípios e dos repasses federais pelo número de matrículas declaradas no censo escolar do IBGEÓrgão da administração pública federal subordinado ao Ministério do Planejamento. Principal provedor de dados e informações oficiais do país. Suas principais funções são: produzir, analisar e consolidar informações estatísticas e geográficas, estruturar e implantar um sistema de informações ambientais, documentar e disseminar informações e coordenar sistemas estatístico e cartográfico nacionais. do ano anterior.

Tramitação

A proposta tem prioridadeNa Câmara, as proposições são analisadas de acordo com o tipo de tramitação, na seguinte ordem: urgência, prioridade e ordinária. Tramitam em regime de prioridade os projetos apresentados pelo Executivo, pelo Judiciário, pelo Ministério Público, pela Mesa, por comissão, pelo Senado e pelos cidadãos. Também tramitam com prioridade os projetos de lei que regulamentem dispositivo constitucional e as eleições, e o projetos que alterem o regimento interno da Casa. e será analisada, em caráter conclusivoRito de tramitação pelo qual o projeto não precisa ser votado pelo Plenário, apenas pelas comissões designadas para analisá-lo. O projeto perderá esse caráter em duas situações: - se houver parecer divergente entre as comissões (rejeição por uma, aprovação por outra); - se, depois de aprovado ou rejeitado pelas comissões, houver recurso contra esse rito assinado por 51 deputados (10% do total). Nos dois casos, o projeto precisará ser votado pelo Plenário., pelas comissões de Educação e Cultura; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Íntegra da proposta:

PL-7953/2010

Reportagem - Murilo Souza

Edição - Newton Araújo



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 8/2/10
Assunto: PL cria ação civil pública por responsabilidade educacional		Página: Online

PL cria ação civil pública por responsabilidade educacional

A Câmara analisa o Projeto de Lei 8039/10, do Poder Executivo, que permite a proposição de ação civil pública para responsabilizar a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios por atos ou omissões que comprometam ou ameacem o direito à educação básica pública. A ação civil pública é um instrumento processual empregado na defesa de interesses da coletividade. A proposta acrescenta um artigo à Lei 7.347/85, que disciplina o assunto.

Segundo o projeto, a ação poderá ser proposta para assegurar o cumprimento das obrigações constitucionais e legais relativas à educação básica pública; e para garantir a execução de convênios, ajustes e termos de cooperação celebrados entre os entes federados. De acordo com a Agência Câmara, esse tipo de ação, no entanto, não poderá ter como objeto a garantia de metas de qualidade de ensino.

Para o ministro da Educação, Fernando Haddad, são necessários mecanismos mais efetivos para garantir os compromissos com a educação, e ainda instrumentos de responsabilização por eventual falta de empenho dos gestores. O ministro afirma que os mecanismos atuais, como interrupção de repasses, tomada de contas e restituição de verbas, punem ainda mais o município ou estado já prejudicado pela omissão ou má gestão.

A nova modalidade de ação poderá ser proposta, por exemplo, quando não houver repasse mínimo de impostos para a educação. A percentagem mínima é de 18% para a União e de 25% para estados, Distrito Federal e municípios.

"O balanço que o Ministério da Educação tem dos últimos anos demonstra que mais de 20 estados não cumprem a regra constitucional de aplicação dos 25% na educação", diz o deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), que foi presidente da Comissão de Educação e Cultura na legislatura passada.

O procurador federal Roberto Giffoni esclarece que, na prática, o Ministério Público já pode cobrar o cumprimento dessas obrigações por meio de ação civil pública. E as penalidades podem incluir o ressarcimento do prejuízo, a perda de cargo público ou de direitos políticos.

A Lei 7.347/85, no entanto, prevê a possibilidade de ingresso de ação civil pública em casos de danos morais e patrimoniais:

- ao meio ambiente;
- ao consumidor;
- à ordem urbanística;



- a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- por infração da ordem econômica e da economia popular.

A lei considera legítimos para propor a ação civil pública: o Ministério Público; a Defensoria Pública, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios; as autarquias, as empresas públicas, as fundações ou as sociedades de economia mista; e as associações constituídas há pelo menos um ano e que tenham entre suas finalidades institucionais as razões passíveis de ação civil pública.

A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 8/2/10
Assunto: Gastos com educação e saúde são os que mais contribuem para o crescimento do PIB		Página: Online

Gastos com educação e saúde são os que mais contribuem para crescimento do PIB

Nenhum gasto público social contribui tanto para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) quanto os que são feitos em educação e saúde. Cada R\$ 1 gasto com educação pública gera R\$ 1,85 para o PIB. O mesmo valor gasto na saúde gera R\$ 1,70.

Segundo a Agência Brasil, para a redução da desigualdade social, os gastos que apresentam maior retorno são aqueles feitos com o Bolsa Família, que geram R\$ 2,25 de renda familiar para cada R\$ 1 gasto com o benefício; e os benefícios de prestação continuada – destinados a idosos e portadores de deficiência cuja renda familiar per capita seja inferior a 25% do salário mínimo –, que geram R\$ 2,20 para cada R\$ 1 gasto.

Além disso, 56% desses gastos retornam ao caixa do Tesouro na forma de tributos. Os dados referem-se ao ano de 2006 e constam do estudo Gasto com a Política Social: Alavanca para o Crescimento com Distribuição de Renda, divulgado hoje (3) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

De acordo com o órgão, é a primeira vez que um estudo como esse é feito no Brasil, em função da dificuldade de se juntar os elementos necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

“O gasto na educação não gera apenas conhecimento. Gera economia, já que ao pagar salário a professores aumenta-se o consumo, as vendas, os valores adicionados, salários, lucros, juros”, avalia o diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, Jorge Abrahão. “Portanto, a política social brasileira não apenas protege, como promove o cidadão”, completa.

“Em termos gerais, ampliar em 1% do PIB os gastos sociais, na estrutura atual, redundará em 1,37% de crescimento do PIB. Ou seja, é o tipo de gasto que tem mais benefícios do que custo”, explica a técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea, Joana Mostafa.

Segundo ela, a renda das famílias é responsável por cerca de 80% do PIB. “Dessa forma, aumentar em 1% do PIB o gasto social gera 1,85% de crescimento da renda das famílias”, disse a pesquisadora. “No caso da saúde, além de esses gastos representarem empregos, envolvem também a aquisição de aparatos tecnológicos, o que também contribui para a demanda nas indústrias”, acrescentou.



Mostafa explica que a pesquisa leva em consideração os reflexos desses gastos no PIB e na renda familiar. “Para cada 1% a mais investido em educação e saúde, há um efeito multiplicador que aumenta em 1,78% o PIB e em 1,56% a renda das famílias”.

No caso do Bolsa Família, o aumento de 1% do que ele representa para o PIB resultaria no aumento de 1,44% do PIB. Mas, nesse caso, o mais significativo está relacionado ao fato de que, ao receber e usar esse benefício, o cidadão acabar gerando renda para outras famílias. “Cada R\$ 1 gasto com esse programa gera R\$ 2,25 em rendas familiares”, afirma a responsável pelo estudo.

O mesmo não pode ser dito dos gastos com exportações de commodities agrícolas e extrativas. “Apesar de agregarmos ao PIB 40% de cada real investido nessa área, os efeitos para a renda familiar são pequenos e limitados a R\$ 1,04 para cada R\$ 1 gasto”.

Como utiliza dados referentes a 2006, o estudo não mensura os reflexos das ações recentes do governo em favor do setor da construção civil. “O que podemos dizer é que, em 2006, os gastos com construção civil pouco contribuíram para a redução das desigualdades sociais. Isso certamente terá um quadro diferenciado quando agregarmos dados de 2009 a uma nova pesquisa, porque certamente houve aumento do número de empregos formais”, justifica Abrahão.

O estudo considera como gastos públicos sociais os feitos em Previdência Social geral e pública, educação, saúde, assistência social, trabalho e renda, desenvolvimento agrário, saneamento básico, habitação e urbanismo – nos âmbitos federal, estadual e municipal.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 8/2/10
Assunto: Câmara inicia este mês análise das diretrizes para decênio 2011-2020		Página: Online

Câmara inicia este mês análise das diretrizes para decênio 2011-2020

O exame das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2011-2020 começa este mês na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Durante cinco sessões ordinárias, os parlamentares podem apresentar emendas ao Projeto de Lei nº 8.035/2010, enviado ao Congresso Nacional em 15 de dezembro do ano passado pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com a Agência Câmara, pelas regras do Parlamento, depois de examinado na comissão da Câmara, o projeto segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça. Se aprovado nas duas instâncias legislativas, é enviado a comissões correspondentes do Senado Federal.

O PNE 2011-2020 tem dez diretrizes, que preveem, entre outras iniciativas, a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática da educação e a difusão dos princípios de equidade e do respeito à diversidade. O plano define metas e prazos para que elas sejam alcançadas. A meta número um é a universalização do atendimento escolar — até 2016, de crianças de quatro e cinco anos de idade e de adolescentes de 15 a 17 anos; até 2020, de crianças de até três anos (ampliação do atendimento em 50%). O aumento da oferta de educação integral pública também está previsto e deve atingir 50% das escolas até 2020.

O Distrito Federal, os 26 estados e os 5.564 municípios têm uma série de tarefas a cumprir a partir da aprovação do PNE no Congresso Nacional. Eles devem, por exemplo, criar leis específicas, no prazo de um ano, para disciplinar a gestão democrática da educação nas redes de ensino, além de atualizar ou elaborar planos estaduais e municipais de educação.

Avaliação — O plano estabelece que o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb), calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), será usado para avaliar a qualidade do ensino. O Ideb foi criado em 2007 para aferir o desempenho de escolas e redes de ensino e determina metas a serem atingidas até 2021.

Quanto aos recursos, o projeto de lei prevê a ampliação progressiva do investimento público até que seja atingido o mínimo de 7% do produto interno bruto (PIB) do país. Esse percentual será revisto em 2015.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 08/02/11
Assunto: País perde R\$ 9 bilhões com evasão no ensino superior		Página: Online

País perde R\$ 9 bilhões com evasão no ensino superior, diz pesquisador

Média da evasão no país em 2009 foi de 20,9%, segundo censo do MEC. Apenas 47,2% dos estudantes se titularam após quatro anos de curso.

As perdas financeiras com a evasão no ensino superior em 2009 chegam a cerca de R\$ 9 bilhões, segundo cálculo do pesquisador do Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia, Oscar Hipólito, com base nos números do Censo do Ensino Superior divulgados pelo Ministério da Educação em dezembro do ano passado.

Os dados do censo mostram que de 2008 para 2009, um total de 896.455 estudantes abandonaram a universidade, o que representa uma média de 20,9% do universo de alunos. Nas instituições públicas, 114.173 estudantes (10,5%) largaram os cursos. Nas particulares, um total de 782.282 alunos (24,5% dos estudantes) evadiram (veja gráfico abaixo). Cada estudante custa por volta de R\$ 15 mil ao ano na universidade pública e em média R\$ 9 mil ao ano na instituição privada, de acordo com o pesquisador, que é ex-diretor do Instituto de Física do campus São Carlos da Universidade de São Paulo (USP).

Para receber o aluno, as universidades têm de manter toda uma infraestrutura pronta, com prédios equipados, material de ensino, bibliotecas, além de pagar professores e funcionários. Na universidade pública, o valor é gasto mesmo se o estudante não está lá. Já no caso da instituição particular, as mensalidades de quem abandonou o curso deixam de ser pagas.

“O fato de não ter aluno é custo. A instituição está pronta para ele. Esse é um dos problemas mais graves da educação brasileira em todos os níveis”, afirmou Hipólito.

O pesquisador explica que o cálculo é uma média e tende a ser maior, já que há outros custos envolvidos na educação, como alimentação e transporte. “Se o estudante evade no primeiro ano, deixa de contribuir por quatro anos”, disse.

Estudo feito por Hipólito com dados do censo mostram que apenas 47,2% dos estudantes se titularam após quatro anos de curso. Outro dado preocupante mostra que a taxa de aumento de matrículas, que era de 14,8% em 2002 ficou em 0,7% em 2009. Além disso, a taxa de aumento de ingressos de 2008 para 2009 ficou em 7,5% negativos. Em 2008, o número de ingressantes foi de 1,87 milhões e no ano seguinte foi de 1,73 milhões.

Segundo Hipólito, vários motivos levam o estudante a abandonar o ensino superior. Além de os jovens terem dificuldade para pagar a faculdade e se manterem durante o curso, há outro grande problema: a falta de acompanhamento acadêmico e pedagógico. Há países, como Japão, Finlândia e Suécia, que têm baixas taxas de evasão, principalmente por darem suporte ao estudante do começo ao fim do curso.

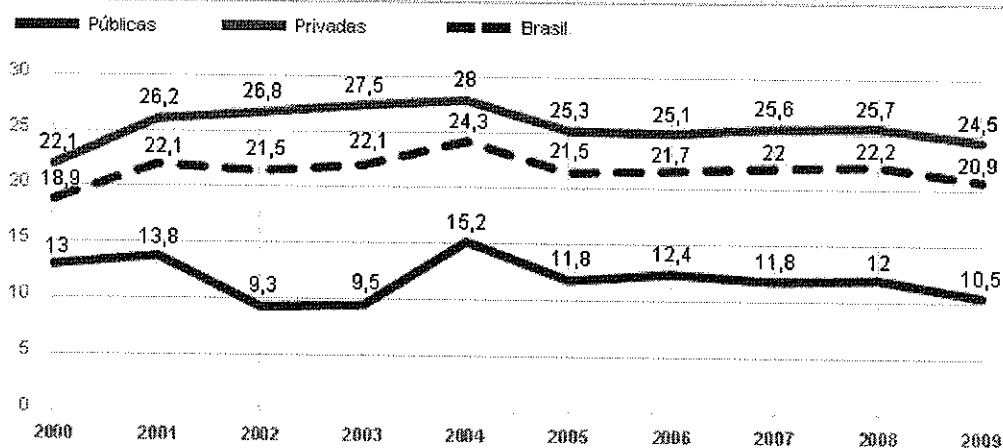


Esse acompanhamento, segundo Hipólito, consiste na recuperação do aluno que vai mal, ajuda àqueles que têm problemas financeiros, atuação de professores tutores, entre outros. “Uma vez que o aluno entrou, o problema é da faculdade. Se ela o aceitou, a responsabilidade é dela. Tem que recuperar o aluno. Aqui não se recupera. Acha-se que todos são incompetentes, o que não é verdade. Todos têm possibilidades”, afirmou.

O Brasil tinha meta de chegar a 30% da população no ensino superior em 2010, mas não passou dos 13%. Para Hipólito, faltou e continua faltando uma política de longo prazo para mudar a situação. Um exemplo ao país, segundo o pesquisador, é a Coreia do Sul, que há cerca de 20 anos decidiu que investiria em educação. “Tem que focar. Eles focaram em ciências exatas e tecnologia. Hoje, compramos carros e TVs desenhados na Coreia. Enquanto isso, o Brasil não desenvolve nada, porque não tem tecnologia.”

Gráfico de evasão no ensino superior (Foto: Editoria de Arte/G1)

ÍNDICE DE EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS DO BRASIL (EM %)



Em 2009

5.115.896

Total de matrículas

1.732.613

Ingressantes

826.928

Formandos

896.455

Alunos evadidos

47,2%

Formandos após 4 anos

Fonte: Censo da Educação Superior 2009, Ministério da Educação



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 08/02/11
Assunto: Duas visões sobre tecnologia na educação		Página: Online

Duas visões sobre tecnologia na educação

O "Estado" entrevistou dois especialistas no assunto que possuem opiniões divergentes sobre o impacto do uso de computadores na aprendizagem

O uso da tecnologia na educação, dentro e fora da sala de aula, já é realidade em grande parte das escolas brasileiras e do resto do mundo.

Dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, sigla em inglês), divulgados em dezembro, mostram que, no Brasil, 40,8% dos alunos com 15 anos leem e-mails e 56,2% usam chats. Outros países têm índices maiores - na Holanda, por exemplo, as taxas são, respectivamente, de 91% e 90,5%.

Apesar das oportunidades de aprendizado que a rede oferece, nem todos acreditam que a tecnologia impacte positivamente na educação. O Estado traz entrevistas com dois estudiosos que dividem opiniões. Para o professor da USP e coordenador do e-Learning da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), Edgard Cornachione, a tecnologia aprofunda o aprendizado. Já a pesquisa de Felipe Barrera-Osorio, consultor do Banco Mundial, feita na Colômbia, revelou que os computadores tiveram pouco efeito sobre as notas de alunos.

ENTREVISTAS

Edgard Cornachione, PROFESSOR DA FIPECAFI E DA USP

"Impacto positivo é maior no ensino superior"

O professor da USP e da Fipecafi Edgard Cornachione é um grande defensor do uso da tecnologia nos processos de aprendizagem - uma de suas teses trata dos níveis de stress e a performance de aprendizagem de estudantes em ambientes virtuais. Para ele, não há dúvidas sobre a eficácia dos recursos digitais na educação.

Você acredita no impacto da tecnologia na educação?

Não só acredito como existem evidências empíricas disso. Está na literatura sobre o assunto, nas pesquisas. O efeito é visível especialmente no ensino superior.

Como assim?

O maior exemplo é a educação a distância (EAD). Não se verificou ainda prejuízos na aprendizagem final dos alunos. Para preservar a qualidade do seu aprendizado, eles têm de se dedicar até mais do um estudante de uma graduação presencial. Além disso, a literatura sobre esse tema hoje se debruça sobre a



diferença que a tecnologia pode fazer nos processos educacionais. E as vantagens são muitas.

Você pode enumerar algumas?

Sim. Com o uso da tecnologia num curso EAD, por exemplo, o aluno sai da zona de conforto. Ele acredita mais em si e na sua capacidade de inventar. Além disso, a EAD não cria horas no relógio: quem controla o tempo é o aluno. Esse é um grande diferencial. Sem contar a questão do espaço e do deslocamento - ou seja, do trânsito - em centros urbanos. A EAD praticamente elimina isso. Mas devemos ressaltar que no Brasil isso tudo é muito recente ainda. O Ministério da Educação (MEC) tem apoiado a modalidade e nosso ciclo de desenvolvimento econômico exige isso.

Como você vê a relação entre tecnologia e educação no futuro?

A tendência que vem se desenhando há muitos anos é inegável. As salas de aula convencionais estão sentindo uma enxurrada de tecnologia. As ferramentas são múltiplas. A educação mediada por tecnologia oferece interfaces alternativas. A geração mais nova de estudantes não consegue ficar muito tempo lendo, por exemplo. Se as escolas e as universidades não se adaptarem às novas tecnologias, o que vai acontecer com elas?

QUEM É

Edgard Cornachione é coordenador do e-Learning da Fipecafi e livre-docente pela USP, onde leciona na Faculdade de Economia e Administração. Tem dois doutorados pela University of Illinois at Urbana-Champaign (EUA) - um deles na área de educação online.

Felipe Barrera-Osorio, CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL

"Ainda faltam pesquisas para comprovar eficácia"

O consultor do Banco Mundial Felipe Barrera-Osorio avaliou o impacto de um programa do Ministério de Comunicação da Colômbia que doou 114 mil computadores a 6 mil escolas, envolvendo 2 milhões de alunos e 83 mil professores. A ideia era que as máquinas fossem utilizadas no ensino de espanhol e matemática. Em sua pesquisa, Barrera-Osorio usou uma amostra de 100 escolas - 50 com o programa e 50 sem - e constatou que a iniciativa teve um efeito pífio sobre as notas dos alunos.

O que você percebeu com o estudo?

A avaliação apresentou resultados muito preocupantes: em termos gerais, o programa parece ter tido pouco efeito sobre as notas dos alunos nos testes e em outros resultados, como impacto na quantidade de redes de amizade e grupos de trabalho. Esses resultados são consistentes em níveis de ensino, conteúdos e gêneros. Parece que os computadores não influenciaram a experiência diária de aprendizagem dos alunos.



A que você atribui isso?

A principal razão parece ser a falha em incorporar os computadores em todo o processo educacional. Dados mostram que os professores não incorporaram os computadores em seus currículos. Isso significa que, mesmo recebendo treinamento, é difícil para eles utilizarem computadores no dia a dia.

Existem atividades que podem ser desenvolvidas com computadores para melhorar a aprendizagem?

Na minha opinião, não temos dados suficientes para saber se atividades com os computadores podem melhorar a aprendizagem. Computadores são apenas ferramentas e, como qualquer ferramenta, podem ter aspectos positivos e negativos. Precisamos de mais pesquisas.

Você acredita que o computador possa modificar a aprendizagem de um aluno?

Uma constatação da literatura recente - e, novamente, é uma evidência fraca - é que os computadores que vão diretamente para as crianças são mais eficazes do que seu uso mediado pelo professor. Em outras palavras, é difícil para um professor mudar sua prática pedagógica.

QUEM É

Felipe Barrera-Osorio é economista do Banco Mundial. Tem doutorado pela Universidade de Maryland (EUA). É especialista nas áreas de avaliação de impacto, proteção social e educação. Já trabalhou em programas no Chile, Jordânia, Quênia e Paquistão.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político	Data: 8/2/10
Assunto: Diversos		Página: 8

Partilha de bens

Uma reunião entre os deputados federais Marco Tebaldi (PSDB), João Rodrigues (DEM) e Paulo Bornhausen (DEM) debateu em quanto tempo os três secretários de Estado em Santa Catarina irão oficializar as licenças na Câmara Federal. De fato, Tebaldi e Rodrigues já se posicionam como secretários, mas as pastas da Educação e da Agricultura estão sob a responsabilidade dos adjuntos, Eduardo Deschamps e Airton Spies.

O encontro, garante Tebaldi, nada tem a ver com as liminares concedidas pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, que têm se manifestado favorável ao suplente do mesmo partido do titular e não o da coligação assumir a cadeira vaga na Câmara. Rodrigues acrescenta um novo ingrediente e admite que existe o temor do colega tucano de que passe a valer a regra do STF. Tebaldi não confirma o complicador.

Além disso, o problema é logístico. A burocracia arrepiou os cabelos dos parlamentares. A cada troca é necessário refazer toda a documentação dos integrantes dos gabinetes e alguns assessores podem ficar no limbo se a negociação não for bem conduzida.

Há um compromisso assumido nas internas: Tebaldi fará a cessão do gabinete a Gean Loureiro (PMDB), Rodrigues a Carmen Zanotto (PPS) e Bornhausen a Valdir Colatto (PMDB). Vale conferir.

Na matemática dos parlamentares, Tebaldi deve sair em sete dias. Está fora do plenário nesta semana e justificou à mesa diretora que tem compromissos em Joinville. Rodrigues deve sair dentro de duas semanas e Bornhausen, até o dia 15 de março, quando ocorre a convenção nacional do DEM, partido mergulhado em uma crise sheakesperiana.

MÃO NA MASSA

Agachado, em primeiro plano, próximo a uma parede natural de rochas, de onde desciam a todo o momento pedras que atrapalhavam o fluxo de água na calha lateral da SC-438, o prefeito de Lauro Müller, Hélio Luiz Bunn (PMDB), ajudava os operários que desobstruíam, ontem, a rodovia na Serra do Rio do Rastro. A ação se justifica, pois a preocupação era com o tráfego, que foi liberado mais tarde, e minimizar os problemas que as comunidades do entorno enfrentam com a chuva.

De novo



A questão de deputados virarem secretários nos remete à discussão de que integrantes do Legislativo, eleitos para fiscalizar o governo e fazer leis, não deveriam ocupar cargos no Executivo. E ainda deixam o mandato de lado, mas recebem o salário de deputados. O cidadão paga duas vezes pela mesma vaga.

Para assumir uma secretaria deveriam renunciar ao mandato, como ocorre em algumas democracias. Se fosse lei, imaginem a fila de interessados para a troca.

Máxima

Se o entendimento dos ministros do Supremo Tribunal Federal é o de que os suplentes do partido e não das coligações devem assumir no afastamento do titular na Câmara dos Deputados (o que vale para assembleias legislativas e câmara de vereadores), certo seria imaginar o passo seguinte: o Tribunal Superior Eleitoral determinasse a recontagem de votos. A prática seria extinguir os cálculos atuais e desconsiderar para efeitos de quociente eleitoral a proporcionalidade das coligações. Isso alteraria o resultado nas urnas, já que para o STF as coligações de nada valem.

É o mínimo que poderia ser feito para compensar a pré-extinção, antes da reforma política sair da promessa.

Emblemático

Enquanto o hoje suplente Gervásio Silva (PSDB) está na expectativa de ser contemplado com a vaga de Marco Tebaldi, que ainda não se licenciou da Câmara para assumir a Secretaria da Educação, o fato atinge Valdir Colatto (PMDB), suplente que tomaria posse, caso a coligação fosse respeitada na visão dos ministros do Supremo.

Só que Colatto obteve a 14ª maior votação para deputado federal no Estado e se o quociente com base na coligação fosse desconsiderado poderia pleitear, no mesmo Judiciário, uma vaga no Congresso. Estamos diante de um mostrengo jurídico daqueles, e as liminares concedidas pelo STF, que ainda dependem de análise definitiva, só contemplam parte do problema que se criou.

Certo

Presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), avisou que dará posse aos suplentes das coligações.

Cumpra, de forma rigorosa, a legislação vigente.

Decidido



O governador Raimundo Colombo acertou em dizer que não assumiu compromisso algum e que não irá liberar dinheiro público para a Escola de Samba Grande Rio, que desenvolve um enredo sobre Florianópolis.

A fatalidade do incêndio que atingiu a área da Grande Rio na Cidade do Samba, no Rio de Janeiro, não compete ao Estado. No máximo haverá uma ação de animador para atrair empresas interessadas em auxiliar a agremiação.

Comitiva

Dois dos 13 vices-presidentes do DEM, ACM Neto e Onyx Lorenzoni, aterrissaram em Florianópolis para tentar acertar com Raimundo Colombo a permanência pacífica do governador no partido. Nas últimas semanas, cresceram as especulações sobre Colombo seguir o grupo liderado pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, e ingressar no PMDB.

Antes mesmo da conversa, que se iniciou no fechamento desta edição, na Casa d'Agronômica, Colombo tuitou em tom bastante conciliador e diplomático:

– Busco o diálogo, a harmonia e o fortalecimento do DEM. Não é minha vontade trocar de partido.

Presidente

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB), que ficará uma semana na presidência da assembleia, soube por Gelson Merísio (DEM), logo após a posse na semana passada, que exerceria a função por conta de uma viagem oficial a Los Angeles, nos Estados Unidos.

Sopelsa afirma que fica honrado e sabe da responsabilidade. Hoje, buscará um contato com os líderes para definir as comissões da casa. Vale lembrar que Sopelsa assume o Legislativo menos de sete dias depois de ser eleito vice-presidente.

Enquanto aguarda o complemento das licenças dos titulares para retornar à Assembleia, Edison Andrino posa de produtor rural e apresenta o mirtilo, conhecida como a fruta da longevidade. A produção é da propriedade de Andrino em Bom Retiro. Coincidência ou não, a colheita ocorre na terra natal de Dário Berger, prefeito de Florianópolis, que não faz parte do mesmo PMDB de Andrino.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 08/02/11
Assunto: Diversos		Página: 02

Unidade

Desembarcaram ontem em Florianópolis os deputados do DEM, ACM Neto e Ônix Lorenzoni. Jantaram com o governador Raimundo Colombo na Agrônômica. No cardápio unidade. O que acontece? ACM Neto disputou a liderança da bancada federal do DEM contra o candidato apoiado por Paulo Bornhausen, que não participou do jantar. Está viajando. Ou seja, segundo Bornhausen "eles" não construíram a unidade quando deviam e agora estão correndo atrás na iminência, inclusive, de perder o partido. O clima no DEM não é dos mais amistosos e há fortes tendências de desembarque num futuro próximo. Os ânimos também estão acelerados.

Conclusões

Na segunda reunião do colegiado o governador Raimundo Colombo solicitou que as obras de duplicação da SC 401, em Florianópolis, sejam concluídas até o final deste ano. Pediu empenho e estabeleceu uma vez por mês encontros do colegiado para avaliações. No dia 15 de março terá início a peregrinação pelas 36 regionais, começando por Lages, Curitiba e São Joaquim. O trabalho de organização vem sendo executado pelo secretário de Planejamento Filipe Melo.

Limpeza

Poderá virar lei. Pelo menos o vereador Maurício Peixer apresentou um projeto na Câmara criando o sistema de adoção de lixeiras a serem instaladas em Joinville. Como funcionaria? A Prefeitura faria uma campanha para que as lojas do centro da cidade assumissem os custos da compra e instalação das lixeiras nas ruas do centro podendo, desta forma, utilizar a parte externa da lixeira para fazer propaganda do seu comércio. Uma mão lava a outra e a cidade fica limpa.

Pressão

A idéia do vereador César Faria é manter uma discussão permanente em relação às obras de ampliação do Aeroporto Hercílio Luz. O democratas solicitou uma audiência pública junto a Comissão de Turismo e Assuntos Internacionais. Quer saber a real situação e o que vem sendo colocado em prática. Faria quer mais transparência e informação para que a população realmente saiba o que está correndo, até porque cá entre nós de internacional o Hercílio Luz só tem o nome.

Apresentação

A direção da SC Gás apresentou as metas da empresa para o governador Raimundo Colombo dentro de um programa de encontros que o governo sem desenvolvendo com representantes e dirigentes das autarquias, fundações e empresas de economia mista. Santa Catarina hoje fica atrás apenas de São Paulo



e do Rio de Janeiro, no atendimento de gás natural. São 54 municípios e mais de 800 km de rede construída com a garantia de fornecimento. O destaque ficou para o gasoduto da serra catarinense visando o desenvolvimento da região. Como também os projetos de pesquisa na área de biogás e de cerâmica vermelha. SC Gás em crescimento acelerado.

Fato

O deputado Valdir Colatto, só pra citar um exemplo, derrotado por uma diferença de 400 votos de repente não assumirá com a decisão do STF de que o mandato é do partido. Vai entrar outro suplente com a metade dos votos que o peemedebista conquistou. Colatto ultrapassou a casa dos 80 mil.

Irritada

Não se pode desmerecer a irritação da suplente Carmem Zanotto, que produziu mais de 80 mil votos e corre o risco de ficar definitivamente de fora da Câmara, com o mandato do partido. Zanotto é do PPS, que não elegeu nenhum deputado federal. Ela é a primeira suplente. Já ameaçou entrar na Justiça exigindo indenização.

De repente

Existiam três interpretações sobre a questão do mandato ser do partido ou da coligação. Uma delas é de que o STF decidiria que é do partido, e não tem volta. A outra é de que seria do partido em caso de vacância do mandato definitiva - morte, cassação, renúncia - mantendo da coligação em outros casos, como o titular sair para assumir uma secretaria. E a terceira era ficar como está mudando as regras a partir das eleições de 2012. A opção foi ser do partido.

Aguardando

O vereador florianopolitano Gean Loureiro que conquistou praticamente 70 mil votos vai avaliar a decisão do STF sobre o mandato ser do partido e não da coligação. Por enquanto não vai renunciar o mandato da Câmara Municipal. Afirmar que de soubesse isso antes teria montando uma outra estratégia política. Reconhece que é uma situação que poderá provocar uma série de liminares e ações na Justiça.

Problema

Uma das justificativas do governador Raimundo Colombo quando cobrado pelo PMDB, PPS e PSDB, sobre a participação acentuada do DEM no colegiado foi de que compensaria com suplentes na Câmara e na Assembléia. Essa história de mandato do partido pode representar uma dor de cabeça para o governador. Na Assembléia fica resolvido se o deputado Renato Hinnig for para a Regional da Grande Florianópolis, caso contrário provocará confusão como na Câmara.



Posição

O tucano Marcos Vieira negou com veemência o que afirmou o líder do PT, Dirceu Dresch, quando declarou que o parlamentar do PSDB era autor da emenda garantindo aposentadoria a servidor estadual com o vencimento de deputado, caso tenha exercido o mandato. Dresch voltou a declarar que Vieira pode até não ter sido o autor direto da emenda, mas em seu substitutivo global acatou a emenda. Ou seja, foi favorável a aposentadoria privilegiada ao contrário do PT que votou contra e alertou o que vinha ocorrendo. "Que bom que agora o deputado destaca que votará contra," sublinhou o petista.

A vida segue

Essa história de deputado com meia dúzia de votos conseguir um vaga em nome de uma coligação tinha que ser revista. Parlamentares com maior representatividade popular acabam preteridos... Coube a Justiça dar freios.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 08/02/11
Assunto: Diversos		Página: 17

AÉCIO NEVES VAI PROCURAR LUIZ HENRIQUE

Embora a articulação governista tenha sido mais rápida, com a visita do líder Renan Calheiros (PMDB-AL), o senador Aécio Neves (PSDB-MG) vai procurar, entre hoje e amanhã, o senador Luiz Henrique da Silveira para uma conversa reservada. O tucano mineiro sabe que foi sob a liderança de LHS que a oposição derrotou Dilma Rousseff em Santa Catarina, assegurando a maior votação proporcional de José Serra, considerando os principais Estados brasileiros.

De quebra, Luiz Henrique elegeu-se para o Senado, levando junto o tucano Paulo Bauer e ainda proporcionando a volta do peemedebista Casildo Maldaner, primeiro suplente de Raimundo Colombo, cuja candidatura ao governo LHS conseguiu emplacar no contexto da tríplice aliança.

Embora o peemedebista tenha comandado a resistência ao PT no Estado, deixou claro a Renan que será “cordato” com o Planalto, desde que bem atendido pelo governo. “Se nos tratarem bem, tudo bem. Mas não poderá ser como nos últimos dois anos do presidente Lula. O governo nos tratou mal, discriminou o Estado”, advertiu.

Missão

Como os canais com Jorge e Paulo Bornhausen andam obstruídos, o novo líder do DEM na Câmara recorreu a Raimundo Colombo. Na companhia do gaúcho Onyx Lorenzoni, ACM Neto (BA) encontrou-se ontem à noite, no palácio residencial, com o governador.

A abordagem dos dois deputados convergiu para a reaglutinação partidária, na expectativa de que uma chapa de consenso entre as duas correntes assegure a unidade na convenção nacional, convocada para 15 de março.

Vice-presidentes do DEM, Neto e Onyx não querem é que Colombo troque de sigla, diante do assédio do PSDB, PMDB e PSB. Antes da conversa com a dupla liberal, o governador afirmou, via Twitter, que busca o diálogo. Disse, ainda, que “não é minha vontade trocar de partido”.

Contencioso

Por unanimidade, o conselho Estadual da OAB acolheu proposta do advogado criminalista e conselheiro Cláudio Gastão da Rosa Filho, para processar o desembargador aposentado Carlos Alberto Silveira Lenzi, que publicou artigo levantando suspeição sobre alguns nomes apontados pela OAB para duas vagas de desembargador no Tribunal de Justiça.



Gastão qualificou as observações de Lenzi como “descabidas, despudoradas e inconsequentes”, passando a ideia de que fala em nome do Judiciário, “fomentando a intriga e a desconfiança entre o tribunal e a OAB”.

Para Gastão da Rosa, Silveira Lenzi “se arvora de censor do processo eleitoral para a escolha do quinto constitucional, lançando suspeitas indiscriminadas sobre todos os candidatos, em renitente querela contra uma classe que sempre o prestigiou, tanto que possibilitou sua ascensão ao cargo de magistrado”.

SECRETARIADO REUNIDO

A segunda reunião do colegiado, no final da tarde de ontem, teve como primeiro assunto da pauta as viagens pelo Estado a partir de março. De pé, o secretário Filipe Mello fez uma exposição das visitas de avaliação às regionais.

Depois de lançar a biografia no ano passado, o ex-senador Neuto De Conto, que recém-encerrou mandato, lançará amanhã, na biblioteca do Senado, o livro “O Milagre do Real”. De caráter histórico, a obra é essencialmente didática e dissecou a trajetória do Plano Real, mostrando técnicas e recursos, descrevendo bastidores daquele que foi o mais bem-sucedido projeto de estabilidade econômica, afugentando o fantasma da inflação na década de 1990.

Neuto De Conto relata ainda seu minucioso trabalho como relator do projeto que transformou o Real em lei. O livro é um instrumento de advertência à ciranda inflacionária, especialmente nos dias de hoje, em que a inflação já preocupa.

Articulação

O deputado Celso Maldaner assume hoje a coordenação da bancada peemedebista de Santa Catarina no Congresso. O bom relacionamento com o vice-presidente Michel Temer carimbou o passaporte de Maldaner para a missão.

O primeiro compromisso como coordenador será uma reunião-almoço com os parlamentares catarinenses, reunindo os deputados federais e os senadores Luiz Henrique e Casildo Maldaner. À tarde, Maldaner conduz toda a bancada para um encontro solicitado por Temer.

A intenção é entregar a Michel Temer um documento indicando o nome do ex-senador Neuto De Conto para a presidência da Eletrosul, com cópia para os ministros Antonio Palocci (Casa Civil) e Edison Lobão (Minas e Energia).

Correligionários

O deputado Darci de Matos, os vereadores Odir Nunes, Alodir Cristo e Patrício Destro, junto com o presidente do DEM de Joinville, Afonso Ramos, encontraram-se ontem com o governador, no Centro Administrativo.

A comitiva entregou a Raimundo Colombo os pleitos que o partido julga imprescindíveis para a cidade nas áreas de infraestrutura, saúde, segurança



pública, educação, meio ambiente, micro e pequenas empresas, esporte, cultura, turismo, agricultura e pesca.

Resultados

Raimundo Colombo e Eduardo Moreira participaram ontem dos primeiros encontros com autarquias, empresas públicas, fundações e toda a estrutura indireta do governo do Estado, em agenda preparada pela Secretaria de Planejamento.

Acompanhado do grupo gestor, o governador assinalou, ao final da rodada inicial, que a meta é integrar a administração estadual, estabelecendo-se projetos, mas com redução de custos. Para Colombo, o objetivo é “governar o governo”. As reuniões setoriais prosseguem até o dia 27.

PRESIDÊNCIA

Aproveitando a viagem do deputado Gelson Merisio ao exterior, o vice Moacir Sopelsa vai acelerar a composição das comissões técnicas, reunindo-se hoje com os líderes partidários. A interinidade na Assembleia será por uma semana.

ESPAÇO

Caberá ao PMDB de SC, que elegeu cinco deputados federais, uma das vice-lideranças na Câmara. Ronaldo Benedet e Rogério Mendonça ficaram de acertar a ordem do exercício entre esse e o próximo ano.

TRIBUNA

Senador Casildo Maldaner fará hoje seu primeiro pronunciamento depois do retorno ao Senado. Pretende contar um pouco de sua trajetória política de quase 50 anos, conciliando com as prioridades do mandato.

RECUPERAÇÃO

O deputado Décio Lima recebeu alta ontem, depois de ter se submetido a uma cirurgia para retirada de cálculos renais. Passa bem, mas ficará duas semanas fora de combate.

AUSÊNCIA

Paulo Bornhausen foi convidado para o jantar com ACM Neto, mas se encontrava fora de Florianópolis.